

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos Legais e Estatutários, apresentamos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Porto Alegre, 17 de março de 2015.
A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1 - BALANÇO PATRIMONIAL - (em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2014	2013	PASSIVO	NOTA	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE		111.841	104.056	PASSIVO CIRCULANTE		2.571.197	2.167.820
Disponibilidades		22.362	20.519	Fornecedores		23.437	29.869
Contas a receber de clientes		41.858	25.581	Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	(10)	1.900.206	1.531.777
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(7.454)	(1.771)	Obrigações trabalhistas		33.022	31.199
Recursos a receber de órgãos governamentais		9	-	Obrigações tributárias		8.135	328
Estoques	(5)	8.893	6.282	Obrigações com órgãos governamentais		538	640
Adiantamentos a empregados		10.591	9.055	Provisões trabalhistas		110.347	98.571
Tributos a recuperar		2.534	2.380	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(11)	477.964	462.005
Depósitos vinculados ou restituíveis	(6)	31.381	40.958	Subvenções e assistências governamentais	(12)	10.275	10.315
Outras contas a receber		1.249	1.029	Empréstimos e financiamentos	(13)	2.640	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(16)	-	Outras contas a pagar		4.633	3.116
Despesas antecipadas		434	23				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		295.690	295.763	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		515.420	453.310
Realizável a longo prazo	(7)	46.381	55.042	Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(11)	380.282	330.495
Investimentos	(8)	5.026	6.705	Tributos diferidos		20.898	21.434
Imobilizado	(9)	243.391	233.079	Subvenções e assistências governamentais	(12)	109.140	101.381
Intangível	(9)	892	937	Empréstimos e financiamentos	(13)	4.200	-
				Outras contas a pagar		900	-
TOTAL DO ATIVO		407.531	399.819	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(2.679.086)	(2.221.311)
				Capital social	(14)	7.446	7.446
				Reserva de reavaliação em bens próprios		16.357	16.611
				Ajustes de avaliação patrimonial	(15)	33.240	34.027
				Prejuízos acumulados		(2.736.129)	(2.279.395)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		407.531	399.819

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	NOTA	2014	2013
RECEITA BRUTA		1.140.554	996.621
Prestação de serviços		187.010	167.278
Subvenções para custeio	(12)	953.544	829.343
Deduções da receita bruta		(3.780)	(4.179)
Impostos sobre serviços	(10)	(3.780)	(3.368)
Abatimentos e descontos sobre serviços		-	(811)
RECEITA LÍQUIDA		1.136.774	992.442
Custo dos serviços prestados	(10)	(1.179.202)	(1.073.419)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		(42.428)	(80.977)
Receitas (despesas) operacionais		(287.026)	(315.601)
Despesas gerais e administrativas	(10)	(112.047)	(103.823)
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas		(215.356)	(220.741)
Reversão de provisões		29.490	1.642
Outras receitas operacionais		10.887	7.321
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(329.454)	(396.578)
Despesas financeiras	(10)	(132.836)	(84.170)
Receitas financeiras		3.979	6.368
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(18)	(458.311)	(474.380)
PREJUÍZO POR AÇÃO - EM R\$		(4,05)	(4,20)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2014	2013
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO atribuível a controladores	(18)	(458.311)	(474.380)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(15)	(787)	(1.064)
RESULTADO ABRANGENTE atribuível a controladores		(459.098)	(475.444)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012		7.446	16.865	35.091	(1.807.029)	(1.747.627)
Realização da reserva de reavaliação		-	(254)	-	254	-
Realização da provisão para CSLL e IRPJ sobre a reserva de reavaliação		-	-	-	131	131
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-	-	(1.064)	1.064	-
Realização da provisão para CSLL e IRPJ sobre os ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-	-	-	549	549
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	16	16
Prejuízo do exercício	(18)	-	-	-	(474.380)	(474.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		7.446	16.611	34.027	(2.279.395)	(2.221.311)
Realização da reserva de reavaliação		-	(254)	-	254	-
Realização da provisão para CSLL e IRPJ sobre a reserva de reavaliação	(15)	-	-	-	131	131
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-	-	(787)	787	-
Realização da provisão para CSLL e IRPJ sobre os ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-	-	-	405	405
Prejuízo do exercício	(18)	-	-	-	(458.311)	(458.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		7.446	16.357	33.240	(2.736.129)	(2.679.086)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

5 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2014	2013
RECEITAS		1.178.251	1.003.750
Prestação de serviços		187.010	166.467
Subvenção para custeio	(12)	953.544	829.343
Outras receitas		43.466	9.804
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		(5.769)	(1.864)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(206.823)	(194.359)
Custo dos serviços prestados		(177.428)	(168.420)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(16.017)	(15.645)
Provisão para indenizações cíveis		(13.378)	(10.294)
VALOR ADICIONADO BRUTO		971.428	809.391
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(9)	(16.645)	(16.350)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		954.783	793.041
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		3.979	6.368
Receitas financeiras		3.979	6.368
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		958.762	799.409
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		958.762	799.409
Pessoal		1.054.715	984.676
Remuneração direta		956.199	890.789
Benefícios		38.615	37.559
FGTS		59.901	56.328
Impostos, taxas e contribuições		221.587	196.676
Federais		217.285	192.889
Estaduais		-	1
Municipais		4.302	3.786
Remuneração de capitais de terceiros		140.771	92.437
Juros		132.836	84.170
Aluguéis		7.935	8.267
Remuneração de capitais próprios		(458.311)	(474.380)
Prejuízo do exercício	(18)	(458.311)	(474.380)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
(em milhares de reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTA	2014	2013
Prejuízo do exercício	(18)	(458.311)	(474.380)
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(9)	16.645	16.350
Perdas estimadas com investimentos	(8)	2.531	10
Reversão de perdas estimadas com investimentos		(1)	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		5.769	1.864
Renda com investimentos	(8)	(220)	(344)
Custo do imobilizado baixado	(9a)	557	831
Realização das subvenções para custeio	(12)	(953.544)	(829.343)
Realização das subvenções para investimentos	(12)	(10.632)	(16.134)
Prejuízo do exercício ajustado		(1.397.206)	(1.301.146)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em contas a receber de clientes		(16.348)	(13.423)
(Aumento) redução nos estoques		(2.611)	3.265
Redução nos depósitos vinculados ou restituíveis		9.577	39.780
Redução (aumento) em outras contas a receber		6.332	(7.419)
(Redução) aumento nos fornecedores		(6.433)	18.182
Aumento em impostos e contrib. com exigibilidade suspensa		368.429	292.975
Aumento nas provisões para indenizações cíveis e trabalhistas		65.746	95.143
Aumento em outras contas a pagar e provisões		23.721	39.270
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(948.793)	(833.373)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Compras de investimentos		(630)	-
Compras de imobilizado	(9a)	(27.469)	(30.966)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(28.099)	(30.966)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Recebimento de subvenções para custeio	(12)	953.836	829.343
Recebimento de subvenções para investimentos	(12)	18.059	32.631
Baixa de subvenção para investimentos	(12)	-	(150)
Credores por financiamento	(13)	6.840	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		978.735	861.824
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA		1.843	(2.515)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIÇÃO		1.843	(2.515)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.519	23.034
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		22.362	20.519
Composição do saldo do caixa e equivalentes de caixa		22.362	20.519
Disponibilidades em conta corrente		2.787	10.161
Disponibilidades em aplicações financeiras		19.575	10.358

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

7 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)

NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Juridicamente o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. é uma sociedade de capital fechado e *empresa estatal dependente* controlada pela União Federal vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90, sujeita à Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76 e à Lei nº 4.320/64, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. A sociedade que possui interesse e utilidade pública, tem o fim exclusivo de, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, bem como de ensino técnico e superior, e pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do Sistema Único de Saúde – SUS, consoante as determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: (i) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09); (ii) na opção, desde 2008, pelo Regime Tributário de Transição – RTT; e (iii) em 2010, na adoção das normas internacionais, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido. As contas do ativo não circulante, investimentos, imobilizado e intangível, e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Em 03 de fevereiro de 2015 a diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do exercício quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013, e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10 de 25 de novembro de 2010.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96 e o artigo 46 da Instrução Normativa SRF nº 390/04 (nota 4).

c) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 5).

d) Investimentos

Outros investimentos foram ajustados ao preço de mercado ou ao valor de realização estimada (nota 8).

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações foram calculadas com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens. As benfeitorias em imóveis de terceiros foram depreciadas em função da vigência indeterminada dos contratos e as edificações em imóveis de terceiros foram amortizadas pelo tempo de vigência do contrato. Em 2010 foi adotado o *custo atribuído* conforme Interpretação Técnica – ICPC 10 que gerou ajuste de avaliação patrimonial (nota 9).

f) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 9).

g) Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa

Os impostos e contribuições federais e municipais estão sendo questionados em ações judiciais solicitando imunidade tributária (nota 10).

h) Tributos diferidos

Referem-se às provisões para imposto de renda e contribuição social de longo prazo calculados sobre a reserva de reavaliação, constituída em 1997, e sobre os ajustes de avaliação patrimonial, registrados em 2010. Em 2014 e 2013 como não teve provisão para imposto de renda e contribuição social, o valor realizado foi transferido para a conta de prejuízos acumulados.

i) Provisões para contribuição social e imposto de renda

Em 2014 e 2013, a base de cálculo da provisão para o imposto de renda e contribuição social, foram negativas (nota 10).

NOTA 4 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Contas a receber	2014				2013			
	Saldo inicial	Perdas estimadas	Baixas ou transferências	Total	Saldo inicial	Perdas estimadas	Baixas ou transferências	Total
Cientes								
Sistema Único de Saúde	-	(4.215)	-	(4.215)	(4.605)	(109)	4.714	-
Pessoal Cedido a outros órgãos	(1.765)	(1.535)	64	(3.236)	(165)	(1.720)	120	(1.765)
Outros	(6)	(2)	5	(3)	-	(6)	-	(6)
Subtotal	(1.771)	(5.752)	69	(7.454)	(4.770)	(1.835)	4.834	(1.771)
Outras contas								
Devolução e abatimento a fornecedores	-	(16)	-	(16)	-	-	-	-
Subtotal	-	(16)	-	(16)	-	-	-	-
TOTAL	(1.771)	(5.768)	69	(7.470)	(4.770)	(1.835)	4.834	(1.771)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos e a perda estimada referente pessoal cedido a outros órgãos teve parte do seu valor, R\$ 120, transferido para o realizável a longo prazo em 2013 em função do prazo previsto de realização da ação judicial de cobrança.

NOTA 5 - ESTOQUES

Contas	2014	2013
Almoxarifados	6.426	4.100
Farmácias	1.484	1.345
Sub-almoxarifados	983	837
Total	8.893	6.282

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas/descrição	2014	2013
Cíveis		
Saldo anterior	3.346	2.585
Depósitos	532	1.145
Depósitos transferidos para contas do longo prazo	-	(74)
Rendimentos	10	1
Pagamentos	(3.222)	(311)
Subtotal	666	3.346
Trabalhistas		
Saldo anterior	37.612	78.153
Depósitos	83.979	37.447
Rendimentos	1.293	2.981
Recebimentos	(1.245)	-
Pagamentos	(91.083)	(81.033)
Transferências do realizável a longo prazo	159	64
Subtotal	30.715	37.612
Total	31.381	40.958

Classificação de risco possível	2014		2013	
	Valor	Quant. de processos	Valor	Quant. de processos
Processos cíveis	44.914	398	34.425	329
Processos trabalhistas	136.844	1.197	64.913	559
Total	181.758	1.595	99.338	888

NOTA 12 - SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Contas/descrição	Passivo			
	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Subvenção para custeio				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Valor recebido no exercício	953.836	-	829.343	-
Valor registrado na receita	(953.544)	-	(829.343)	-
Saldo no final do exercício	292	-	-	-
Subvenção para investimento				
Saldo no início do exercício	10.315	101.381	9.296	86.053
Valor recebido ou apropriado no exercício	-	18.059	-	32.631
Valor baixado no exercício	-	-	(150)	-
Transferências do longo para o curto prazo	10.300	(10.300)	17.303	(17.303)
Realização no exercício	(10.632)	-	(16.134)	-
Saldo no final do exercício	9.983	109.140	10.315	101.381
Total	10.275	109.140	10.315	101.381

A Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, revogou a letra "d" do § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 que permitia registrar no patrimônio líquido as doações e subvenções para investimentos. Em cumprimento a referida legislação e também à Resolução nº 1.143/08, revogada e substituída pela 1.305/10, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde são classificadas como: (i) subvenções para investimentos, contabilizadas no passivo e transferidas para o resultado do exercício, em conta retificadora da despesa de depreciação, na mesma proporção daquela despesa referente aos bens adquiridos com esses recursos, e (ii) subvenções para custeio, reconhecidas no resultado do exercício, como receita, quando utilizadas.

Esta serve para custear despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas e parte da despesa com manutenção.

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O financiamento se refere a compra de imobilizado financiado pelo próprio vendedor que é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.. O imóvel adquirido no final de 2013 por R\$ 12.700, e entregue somente em 2014, está localizado praticamente em frente a sede da matriz do Hospital, onde será implantada a Central de Logística do Grupo Hospitalar Conceição. O valor da compra foi dividido em cinco parcelas das quais duas já foram pagas totalizando R\$ 6.000, mais atualização monetária de R\$ 361, calculados sobre o saldo devedor com base no IGP-M (se positivo). O saldo remanescente será pago em três parcelas, uma em cada ano, com vencimento em 30 de abril de 2015 a 2017, acrescidas do reajuste. No passivo circulante está registrada a terceira parcela no valor de R\$ 2.500 acrescida de R\$ 140, que corresponde aos juros sobre o saldo devedor a ser pago junto com a referida parcela, totalizando R\$ 2.640. No passivo não circulante estão registradas a quarta e a quinta parcela que juntas somam R\$ 4.200. Total registrado no passivo R\$ 6.840.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL

Acionistas	Quantidade de ações			Participação sobre o capital total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
União Federal	108.511.622	4.530.000	113.041.622	99,999995 %
Carlos Eduardo Nery Paes	6	-	6	0,000005 %
Total	108.511.628	4.530.000	113.041.628	100,00 %

Em 31 de dezembro, de 2014 e de 2013, o capital social de R\$ 7.446, subscrito e integralizado, é composto por ações sem valor nominal. As ações do capital social está prevista a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função da apuração de prejuízos que se acumulam ao longo dos anos. As ações do acionista minoritário foram cedidas a título precário pelo próprio Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em função do artigo 206, inciso I, letra "d", da Lei nº 6.404/76 para o Diretor Superintendente, enquanto no exercício do cargo.

NOTA 15 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Contas	2014			2013		
	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Saldo no final do exercício	Saldo no início do exercício	Valor realizado no exercício	Saldo no final do exercício
Em bens próprios						
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	23.714	(940)	22.774	24.655	(941)	23.714
Instalações	568	(192)	376	826	(258)	568
Máquinas e equip. hospitalares	270	(52)	218	670	(400)	270
Veículos	8	(8)	-	22	(14)	8
Subtotal	51.555	(1.192)	50.363	53.168	(1.613)	51.555
Provisão para CSLL e IRPJ	(17.528)	405	(17.123)	(18.077)	549	(17.528)
Total	34.027	(787)	33.240	35.091	(1.064)	34.027

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacamos os itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10 que traz esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo

Imobilizado e CPC 28 – Propriedades para Investimentos, que esclarecem o seguinte: "21. Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade pode identificar bens ou conjunto de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo (conforme definido no item 8 – Definições – do Pronunciamento CPC 04) em seus saldos iniciais. 22. Incentiva-se, fortemente, que no caso do item 21 desta Interpretação, na adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 seja adotado, como custo atribuído (deemed cost), esse valor justo. Essa opção é aplicável apenas e tão somente na adoção inicial, não sendo admitida revisão da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial. Consequentemente, esse procedimento específico não significa adoção da prática contábil da reavaliação de bens apresentada no próprio Pronunciamento Técnico CPC 27. A previsão de atribuição de custo na adoção inicial (deemed cost) está em linha com o contido nas normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8). Se realizada reavaliação do imobilizado anteriormente, enquanto legalmente permitida, e substancialmente representativa ainda do valor justo, podem seus valores ser admitidos como custo atribuído." A referida interpretação menciona também que o avaliador deve indicar a vida útil remanescente, o valor residual, e a nova taxa de depreciação. Recomenda ainda que o laudo deve ser aprovado pelo órgão deliberativo que tenha competência formal para fazê-lo, que estes valores sejam contabilizados na abertura do primeiro exercício social em que se aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 27, que as demonstrações contábeis apresentadas para fins comparativos sejam ajustadas para considerar esse novo custo atribuído. Em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens que estivessem, em 31 de dezembro de 2009, com seus valores contábeis, inferiores a quinze por cento do valor correspondente ao seu valor original corrigido, desde que este fosse superior a cem mil reais. Não foram objeto de análise os bens classificados como móveis e utensílios. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no imobilizado, e a contrapartida no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. As provisões para contribuição social e imposto de renda foram contabilizadas no passivo não circulante e em conta redutora do patrimônio líquido.

A conta de ajustes de avaliação patrimonial foi realizada na mesma proporção da depreciação dos bens. O valor realizado foi transferido para a conta de prejuízos acumulados. Como as bases de cálculo da provisão para o imposto de renda e da contribuição social foram negativas nos anos de 2014 e 2013 os tributos realizados foram transferidos para a conta de prejuízos acumulados, tanto os valores contabilizados em conta redutora do patrimônio líquido, quanto sua contrapartida registrada no passivo não circulante.

NOTA 16 - REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em reais

Tipo	2014			2013		
	Remuneração diretores	Remuneração empregados	Salário-base empregados	Remuneração diretores	Remuneração empregados	Salário-base empregados
Maior	27.699	29.462	14.443	20.774	28.059	13.484
Menor	20.774	1.432	1.143	20.774	1.339	1.067
Média	21.351	6.478	3.246	20.774	5.975	3.039

Nas remunerações são computados os benefícios e vantagens.

NOTA 17 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 01 de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas - Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. Participam do plano 25 empregados em 2014, 26 em 2013. O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997 revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8 % sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2014 as contribuições do Hospital foram de R\$ 561 (R\$ 555 em 2013).

NOTA 18 - PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Em virtude da ação de imunidade tributária ter ocasionado a suspensão dos pagamentos das contribuições previdenciárias, cota patronal e terceiros, não foram repassados pelo governo federal, os valores que seriam destinados a tais pagamentos, por não serem mais necessários. Como consequência os respectivos valores não estão registrados na receita de subvenção para custeio, porém as despesas referentes a essas contribuições, acrescidas de juros, no montante de R\$ 327.561 em 2014 (R\$ 260.964 em 2013), estão apropriadas, na despesa, contribuindo, substancialmente, para a formação do prejuízo apurado no exercício em 2014, R\$ 458.311 e em 2013, R\$ 474.380. Contribuíram também, de maneira significativa, as provisões para férias (menos os adiantamentos) e indenizações trabalhistas, no montante de R\$ 203.187 em 2014 e R\$ 214.119 em 2013, registradas na despesa sem contrapartida na receita de subvenção para custeio de pessoal, que é recebida e contabilizada somente no mês do pagamento dessas despesas. O impacto total no prejuízo é de R\$ 530.748 em 2014 e R\$ 475.084 em 2013.

NOTA 19 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (nota 12) repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Carlos Eduardo Nery Paes
Diretor Superintendente
CPF nº 400.259.000-30

Paulo Ricardo Bobek
Diretor Técnico
CPF nº 467.620.430-20

Gilberto Barichello
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 521.012.829-68

Rozinha Topanotti Trentin
Contadora CRC/RS 41.119
CPF nº 257.247.890-00

8 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Hospital para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2014 o Hospital apresentava um montante de R\$ 2.679.086 mil negativos de patrimônio líquido gerado por prejuízos, determinando, conforme indicado na Nota Explicativa número 19, que para garantir a viabilidade econômica do Hospital, se faz necessário a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassadas pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos referidos na nota explicativa número 12.

Demonstração do Valor Adicionado

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar informações sobre o Hospital, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis, contudo foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Porto Alegre, RS, 20 de fevereiro de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

CARLOS ANTONIO ZANETTI
CONTADOR CRC/RS 15.980



Grupo Hospitalar Conceição

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

9 - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do Relatório da Administração, e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, **DECIDE**, por maioria de votos, (com abstenção da Suplente do Representante dos Empregados neste Conselho), recomendar, à Assembleia Geral de Acionistas, a aprovação das Contas do exercício de 2014, do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. – CNPJ nº 92.787.118/0001-20, por estarem formalmente adequadas.

Brasília - DF, 10 de março de 2015.

Lumena Almeida Castro Furtado
Presidente do Conselho de Administração

Ana Lúcia Ribeiro da Silva
Conselheira de Administração

Carlos Eduardo Nery Paes
Conselheiro de Administração

Márcia Marinho Tubone
Conselheira de Administração

Ivanir Claudete Rodrigues Miranda
Suplente do Representante dos Empregados no
Conselheiro de Administração

10 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO, bem como do BALANÇO PATRIMONIAL e demais DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela empresa Exacto – Auditoria Independente S/S, em 20 de fevereiro de 2015, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Este Colegiado ainda tomou conhecimento da proposição a ser encaminhada para deliberação da Assembléia Geral de Acionistas: Proposta da Destinação do Resultado – como o resultado apurado é prejuízo não existe lucro a ser destinado, apenas sua transferência para a conta Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

O Conselho Fiscal, por maioria de votos, com abstenção do Conselheiro Maurício Cardoso Oliva, em razão de sua recente assunção neste Conselho, é de opinião que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

Adicionalmente, por maioria de votos, com abstenção do Conselheiro Maurício Cardoso Oliva, em razão de sua recente assunção neste Conselho, este Colegiado se manifesta favorável à submissão da proposta de destinação do Resultado do Exercício à Assembleia Geral de Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia projetada para o exercício de 2015

Porto Alegre, 13 de março de 2015.

Arinaldo Bomfim Rosendo
Conselheiro Fiscal

Maurício Cardoso Oliva
Conselheiro Fiscal

Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Conselheiro Fiscal